



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB/PMC-SMGC-CMJRAI

## RELATÓRIO

Campinas, 05 de março de 2026.

### COMISSÃO MISTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - CMJRAI

#### Protocolo e-SIC 1027/2025

Solicitação de Acesso à Informação

Prezados membros da **CMJRAI**,

Vieram os autos com recurso interposto por **SOLICITANTE** (ora **RECORRENTE**) acerca do seu pedido de informação veiculado no protocolo e-SIC epigrafado.

Com base no **art. 10 do Decreto Municipal nº 22.170/2022**, que regulamenta os pedidos de Acesso à Informação no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), que, por sua vez, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, o(a) **RECORRENTE solicitou inicialmente:**

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1027/2025	Tipo Solicitação Inicial	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 04/12/2025	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 05/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Prorrogado em: 19/12/2025 por Julio Henrique Maschio Motivo: Levantamento de informações necessárias para o atendimento ainda não terminou
<b>Solicitação</b> REQUISITO as seguintes informações referentes ao evento chamado "Festa Halloween na Feira Hippie 2023" (Centro de Convivência) realizado nos dias 25 e 26 de outubro de 2023, sob a Coordenação do servidor Mário César Mello da Silva (matricula nº133.153-1), por meio da Secretaria de Turismo e Cultura:  Cópia das autorizações relativas ao Uso e Ocupação do Solo concedidas pela SETEC; Cópia das taxas recolhidas (individualmente) referentes ao Uso e Ocupação do Solo (SETEC); dos expositores participantes; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Guarda Municipal; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à Polícia Militar; Cópia da Comunicação sobre realização do evento à EMDEC; Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento do ECAD (sobre utilização de som mecânico e apresentações musicais); Cópia dos Recibos e/ou N.F.s de pagamento dos artistas que se apresentaram no evento; Cópia dos Contratos com Prestadores de serviço envolvidos na produção do evento: banheiros químicos, ajudantes/montadores, barracas, tendas, palco, som e iluminação; Cópia dos materiais publicitários (físicos e/ou digitais) utilizados na divulgação do evento; AVCB pa Eventos Temporários ou Alvará de Autorização para Eventos Temporários EMITIDO pelo Corpo de Bombeiros para a realização do evento; Documentação relativa à eventuais direcionamentos de EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS;			

A **Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT)** ofereceu a seguinte resposta:

Em resposta ao doc. nº 17091616, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Festa Halloween na Feira Hippie (Centro de Convivência), realizada nos dias 25 e 26/10/23, informamos o seguinte:

Segue em anexo a solicitação de autorização à SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17296581, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17296581. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17296581.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos o Empenho correspondente (doc. nº 17296614), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

A **SECULT** juntou os documentos mencionados na manifestação supra.

Insatisfeito(a), o(a) **RECORRENTE** apresentou **recurso em 1ª instância** nos seguintes termos:

DADOS DA SOLICITAÇÃO			
Número Protocolo 1027/2025	Tipo Solicitação Recurso Primeira Instância [Visualizar Processo Origem]	Situação Solicitação Respondida	Forma Retorno E-mail
Data da Solicitação 10/01/2026	Previsão Retorno	Solicitação Recebida em 19/01/2026 por Melissa Carvalho Clever Nascimento	Prorrogação Não Prorrogado
<b>Solicitação</b> ***DEVIDO à limitação de caracteres neste campo do site para explicar sobre as motivações do RECURSO, JUNTO o PDF anexo chamado "RECURSO ADM 1º Inst. n.1027-202: Halloween da F.H. no C.C. em 25 e 26-10-2023.pdf" para trazer os questionamentos oportunos. V – DOS PEDIDOS Diante do exposto, REQUER: 1. o provimento integral do presente recurso; 2. a complementação das informações e documentos solicitados, item a item; 3. a identificação nominal e documental de todos os responsáveis; 4. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para toda negativa ou omissão.			

Em anexo, apresentou recurso administrativo **ampliando o pedido inicial, questionando a atuação da SECULT e requerendo novos elementos**, com destaques em vermelho, conforme segue:

### III – DA ANÁLISE CRÍTICA, ITEM A ITEM

#### 1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi apresentada solicitação/autorização da SETEC, porém **não foi juntado o processo administrativo integral**, nem os pareceres técnicos que fundamentaram a autorização para evento noturno, com grande público e estruturas temporárias.

#### - Requer-se:

1. o inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. os pareceres técnicos e fundamentos legais;
3. as condicionantes técnicas impostas ou dispensadas.

## 2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma inexistência de recolhimento de taxas, **sem apresentação de ato administrativo formal de isenção**, embora o ofício institucional solicite isenção sob o argumento de evento realizado pela SECULT.

### - Requer-se:

1. o ato administrativo formal de isenção;
2. a base legal municipal específica;
3. esclarecimento se a isenção abrangeu todos os expositores.

## 3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio, porém **não foram apresentados e-mails de resposta, aceite formal ou relatórios de atuação**, incompatível com evento noturno e público estimado em aproximadamente 1.000 pessoas.

### - Requer-se:

1. os e-mails ou despachos de resposta da Guarda Municipal;
2. os relatórios operacionais de atuação durante o evento.

## 4. Comunicação à Polícia Militar

**Não foi apresentada** qualquer comprovação documental de comunicação à Polícia Militar.

### - Requer-se:

1. comprovação formal da comunicação à Polícia Militar e sua resposta;
2. ou justificativa legal expressa para sua ausência.

## 5. Comunicação à EMDEC

Embora exista solicitação formal de apoio, **não foram apresentados e-mails de retorno, ordens de serviço ou relatórios de execução**, apesar do evento ocorrer em região central e com grande fluxo de pessoas.

### - Requer-se:

1. os e-mails ou despachos de resposta da EMDEC;
2. os relatórios operacionais ou ordens de serviço.



## 6. ECAD – Direitos Autorais

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do “contratado”, o que é **juridicamente incorreto**.

Nos termos do **art. 29 da Lei nº 9.610/1998** e do **Regulamento de Arrecadação do ECAD (anexo 2)**, **a responsabilidade pelo licenciamento é do organizador do evento**, especialmente quando:

- o evento é organizado pela Prefeitura;
- ocorre em espaço público;
- há música ao vivo ou mecânica;
- há ampla divulgação institucional.

### - Requer-se:

1. os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. a **identificação nominal e documental** do responsável legal perante o ECAD;
3. ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

## 7. Artistas – Transferência Irregular de Responsabilidade e Guarda da Documentação

A divulgação oficial confirma **apresentação musical sertaneja**, o que implica contratação artística.

Todavia, a resposta administrativa **não apresenta contratos, recibos, notas fiscais ou termos de apresentação**, limitando-se a afirmar que as contratações teriam sido realizadas por expositores.

Tal alegação configura **tentativa irregular de transferência de responsabilidade**, inclusive quanto à **posse, guarda e disponibilização da documentação probatória**, o **que não encontra respaldo no regime jurídico-administrativo**.

Ainda que terceiros tenham participado da contratação, **competete à Secretaria organizadora exigir, custodiar e disponibilizar toda a documentação**, inclusive para fins de controle e transparência.

### - Requer-se:

1. os contratos ou termos de apresentação dos artistas;
2. os comprovantes de pagamento ou termos formais de gratuidade;
3. a **identificação nominal e documental** de quem contratou cada artista;
4. a indicação expressa de onde a documentação se encontra arquivada;
5. justificativa legal para eventual alegação de posse por terceiros.

## 8. Contratos de Prestadores de Serviço / Estruturas

Foi juntada **apenas uma nota de empenho**, no valor aproximado de **R\$ 13.940,00**, destinada a **sanitários químicos**, o que evidencia que **outros serviços essenciais não foram adequadamente esclarecidos**.

A resposta afirma que “as demais estruturas” teriam sido viabilizadas pelos expositores, **sem qualquer individualização**.

### - Requer-se:

1. a descrição detalhada de todas as estruturas utilizadas;
2. a identificação **nominal e documental (nome e RG) dos responsáveis**;
3. esclarecimento sobre quem fez o fornecimento de energia elétrica e qual foi o custo;
4. identificação do **responsável técnico** (ART/RRT).

## 9. Materiais Publicitários e Publicidade no Site horacampinas.com.br

Foi juntada matéria de divulgação no site **horacampinas.com.br**, promovendo o evento, **sem qualquer esclarecimento** sobre:

- quem solicitou a publicação;
- se houve pagamento;
- qual o valor despendido;
- sob qual rubrica orçamentária.

### - Requer-se:

1. esclarecimento sobre a contratação da publicidade no site horacampinas.com.br;
2. identificação do responsável pela contratação;
3. **valor pago ou declaração formal de gratuidade**;
4. documentos comprobatórios correspondentes.

## 10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta invoca dispensa genérica de regularização por PTIOT, **sem apresentação de parecer técnico individualizado**, apesar de:

- evento noturno;
- uso de energia elétrica;
- estruturas temporárias;
- grande público.

### - Requer-se:

1. o AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. ou parecer técnico formal de dispensa;
3. identificação do **responsável técnico** pela segurança do evento.

## 11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não há qualquer informação objetiva sobre eventual uso de emendas parlamentares.

### - Requer-se:

1. informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. identificação dos parlamentares autores;
3. valores individualizados;
4. rubricas orçamentárias;
5. forma de execução financeira.

## 12. MESAS, CADEIRAS E SANASA (OMISSÃO REITERADA)

O ofício institucional solicita expressamente:

- **reserva de 30 jogos de mesas e cadeiras;**
- **fornecimento de 02 caixas de água com copos individuais, por dia, pela SANASA.**

A resposta **não enfrenta absolutamente esses pontos**, omitindo informações essenciais.

### - Requer-se:

1. esclarecimento sobre o fornecimento das mesas e cadeiras (se houve ou não);
2. Resposta do setor sobre o fornecimento ou não das mesas e cadeiras;
3. esclarecimento sobre o fornecimento de água pela SANASA;
4. Resposta da SANASA sobre o fornecimento ou não das águas solicitadas.

(...)



## V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, **REQUER:**

1. o provimento integral do presente recurso;
2. a complementação das informações e documentos solicitados, item a item;
3. a identificação nominal e documental de todos os responsáveis;
4. a apresentação de justificativas formais, motivadas e com base legal expressa para toda negativa ou omissão.

A **RECORRENTE** juntou, ainda, o Regulamento de Arrecadação do ECAD.

A **SECULT** concedeu **provimento ao recurso de 1ª instância**, determinando à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) a complementação, se houvesse a informação solicitada, nos seguintes termos:

Diante do exposto pelo solicitante Sr. **Marcelo Bonifácio** em seu requerimento de recurso em 1ª instância da LAI nº 1027/2025, decido por acolher o recurso interposto e:

1 - Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Gestão e Controle (SMGC), nos termos do artigo 30 do decreto 22.170/2022 e seus parágrafos subsequentes;

2 - Determino que seja encaminhado à Coordenadoria de Feiras Culturais e de Economia Criativa (SECULT-DETUR-COFEC) para análise e complementação, se houver a informação solicitada.

Ato contínuo, a referida **Coordenadoria Departamental (COFEC)** aborda cada item do recurso de 1ª instância, oferecendo as respostas pertinentes que serão compiladas mais adiante.

Irresignado(a), o(a) **RECORRENTE** ingressa em **2ª e última instância** questionando as respostas ofertadas em tópicos a seguir enumerados: I – DO CABIMENTO; II – DA INCONSISTÊNCIA DOCUMENTAL GRAVE: 8 BANHEIROS X 68 BANHEIROS; III – DA COMPARAÇÃO ENTRE PROTOCOLOS (CRITÉRIO ADMINISTRATIVO INEXISTENTE); IV – DO ERRO MATERIAL GRAVE – RESPOSTA SOBRE EVENTO ERRADO; V – DA RESPONSABILIDADE SOBRE ECAD E APRESENTAÇÃO MUSICAL; VI – DA FRAGMENTAÇÃO INDEVIDA DE RESPONSABILIDADE; VII – POLÍCIA MILITAR – JUSTIFICATIVA INSUFICIENTE; VIII – DA VIOLAÇÃO À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. Ao final, apresenta os seguintes pedidos:

## IX – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, REQUER-SE:

1. o provimento integral do presente recurso;
2. esclarecimento formal da divergência entre 8 e 68 sanitários;
3. apresentação do relatório de execução contratual dos sanitários;
4. indicação do critério técnico adotado para definição da quantidade de banheiros por público estimado;
5. reapreciação do item 7 com correção do erro material;
6. identificação nominal e documental de todos os responsáveis por estruturas e contratações;
7. complementação integral das informações solicitadas na inicial;
8. encaminhamento do feito à Comissão Mista de Julgamento de Recursos, nos termos do Decreto nº 22.170/2022.

**Compete a esta CMJRAI**, composta pelos membros nomeados pela **Portaria 105.155/2025**, **julgar os recursos interpostos, em última instância**, no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos do art. 31, *caput*, do Decreto nº 22.170/2022.

O presente **RECURSO NÃO COMPORTA ACOLHIMENTO**.

Isso porque, o recurso de 2ª instância traz pedidos distintos e incrementa substancialmente a **solicitação inicial, cujos itens restaram integralmente respondidos pela SECULT**, inclusive com os acréscimos de 1ª instância, a conferir a **compilação dos respectivos recortes**:

**CÓPIA DAS AUTORIZAÇÕES RELATIVAS AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO CONCEDIDAS PELA SETEC;**

**CÓPIA DAS TAXAS RECOLHIDAS (INDIVIDUALMENTE) REFERENTES AO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (SETEC) DOS EXPOSITORES PARTICIPANTES;**

Segue em anexo a solicitação de autorização à SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17296581, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de



Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

**a) à Guarda Municipal de Campinas:** a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

**b) à EMDEC:** O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades e o fechamento das avenidas que se fizerem necessárias.

**c) ao Departamento de Limpeza Urbana:** a liberação de uma equipe de limpeza para permanecer antes, durante e após a realização do evento.

**d) à SETEC:** a autorização e isenção de taxas de uso do solo, pois trata-se de um evento realizado pela Secretaria de Cultura e Turismo. Além disso, o monitoramento de ambulantes.

#### 1. Autorizações de Uso e Ocupação do Solo – SETEC

Foi apresentada solicitação/autorização da SETEC, porém não foi juntado o processo administrativo integral, nem os pareceres técnicos que fundamentaram a autorização para evento noturno, com grande público e estruturas temporárias.

– Requer-se:

1. O inteiro teor do processo administrativo da SETEC;
2. Os pareceres técnicos e fundamentos legais;
3. As condicionantes técnicas impostas ou dispensadas.

#### RESPOSTA

1. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (inteiro teor, pareceres técnicos, fundamentos legais das autorizações e as condicionantes técnicas impostas ou dispensadas.). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

#### 2. Taxas de Uso e Ocupação do Solo

A resposta afirma inexistência de recolhimento de taxas, sem apresentação de ato administrativo formal de isenção, embora o ofício institucional solicite isenção sob o argumento de evento realizado pela SECULT.

– Requer-se:

1. O ato administrativo formal de isenção;
2. A base legal municipal específica;
3. Esclarecimento se a isenção abrangeu todos os expositores.

#### RESPOSTA

2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (ato administrativo formal de isenção e base legal que fundamenta eventual dispensa, bem como se a isenção abrange

Despacho 17792587 SEI PMC.2025.00188160-56 / pg. 2

todos os expositores, que são informações de responsabilidades da SETEC). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

### CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À GUARDA MUNICIPAL;

houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17296581. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

**a) à Guarda Municipal de Campinas:** a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

### 3. Comunicação à Guarda Municipal

Foram juntados ofícios de solicitação de apoio, porém não foram apresentados e-mails de resposta, aceite formal ou relatórios de atuação, incompatível com evento noturno e público estimado em aproximadamente 1.000 pessoas.

– Requer-se:

1. Os e-mails ou despachos de resposta da Guarda Municipal;
2. Os relatórios operacionais de atuação durante o evento.

RESPOSTA

3.1. Conforme doc. 17792581, anexamos documentos de ciência da Guarda Municipal.

3.2. Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais de atuação no evento que são informações de responsabilidades da Guarda Municipal). Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Rua Afonso Pena, 1380 - Bairro Vila Nova São José - CEP 13100-440 - Campinas - SP - [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

PMC/PMC-SMCASP-GAB/PMC-SMCASP-SGGMC-Comandante

### DESPACHO

Campinas, 26 de maio de 2023.

Prezados Senhores,

De ordem da Sra. Comandante, acuso ciência e informo que a referida demanda foi incluída no Plano de Apoio Operacional da Guarda Municipal de Campinas.

É o que havia de relatar no presente momento.

## CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À POLÍCIA MILITAR;

### 4. Comunicação à Polícia Militar

Não foi apresentada qualquer comprovação documental de comunicação à Polícia Militar.

– Requer-se:

1. Comprovação formal da comunicação à Polícia Militar e sua resposta;
2. Ou justificativa legal expressa para sua ausência.

RESPOSTA

4. A Polícia Militar não foi comunicada em virtude da baixa complexidade dos eventos e pela prévia comunicação a Guarda Municipal.

## CÓPIA DA COMUNICAÇÃO SOBRE REALIZAÇÃO DO EVENTO À EMDEC;

solicitação doc. nº 17296581. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17296581.

Por todo exposto, vimos através deste solicitar:

**a) à Guarda Municipal de Campinas:** a inclusão deste evento no patrulhamento de rotina.

**b) à EMDEC:** O monitoramento do trânsito no local e nas suas proximidades e o fechamento das avenidas que se fizerem necessárias.

**5. Comunicação à EMDEC** Embora exista solicitação formal de apoio, não foram apresentados e-mails de retorno, ordens de serviço ou relatórios de execução, apesar de o evento ocorrer em região central e com grande fluxo de pessoas.

– Requer-se:

1. Os e-mails ou despachos de resposta da EMDEC;
2. Os relatórios operacionais ou ordens de serviço.

RESPOSTA

**5.1 - Não recebemos a confirmação de ciência da EMDEC por escrito.**

**5.2** Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (relatórios operacionais, ordens de serviço ou registros de execução correspondentes que são informações de responsabilidades da EMDEC).

Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto nº 22.170, de 8 de junho de 2022.

## **CÓPIA DOS RECIBOS E/OU N.F.S DE PAGAMENTO DO ECAD (SOBRE UTILIZAÇÃO DE SOM MECÂNICO E APRESENTAÇÕES MUSICAIS);**

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do

### **6. ECAD – Direitos Autorais**

A resposta afirma que o recolhimento ao ECAD seria de responsabilidade do "contratado", o que é juridicamente incorreto.

Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.610/1998 e do Regulamento de Arrecadação do ECAD (anexo 2), a responsabilidade pelo licenciamento é do organizador do evento, especialmente quando:

- o evento é organizado pela Prefeitura;
- ocorre em espaço público;
- há música ao vivo ou mecânica;
- há ampla divulgação institucional.

– Requer-se:

1. Os comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD;
2. A identificação nominal e documental do responsável legal perante o ECAD;
3. Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa.

RESPOSTA

**6.** Esta Secretaria de Cultura e Turismo não possui acesso ao solicitado (Comprovantes de licenciamento e pagamento ao ECAD; Identificação do responsável legal perante o ECAD; Ou declaração formal de inexigibilidade, com base legal expressa), uma vez que não ocorreu contratação de artista.



## **CÓPIA DO RECIBOS E/OU N.F.S DE PAGAMENTO DOS ARTISTAS QUE SE APRESENTARAM NO EVENTO;**

Em resposta ao doc. nº 17091616, datado de 04/12/2025, referente à solicitação de informações sobre a Festa Halloween na Feira Hippie (Centro de Convivência), realizada nos dias 25 e 26/10/23, informamos o seguinte:

Segue em anexo a solicitação de aautorização à SETEC para uso e ocupação do solo doc. nº 17296581, ressaltando que essa autorização não estava condicionada ao pagamento de taxas, motivo pelo qual não houve recolhimento. Quanto ao apoio institucional da Guarda Municipal, encaminhamos os ofícios de solicitação doc. nº 17296581. Em relação à EMDEC, também seguem os ofícios de solicitação doc. nº 17296581.

Sobre os comprovantes de pagamento ao ECAD, esclarecemos que o recolhimento das taxas é de responsabilidade do contratado. No caso das feiras itinerantes, as contratações das apresentações artísticas foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos o Empenho correspondente (doc. nº 17296614), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

### **7. Artistas – Transferência Irregular de Responsabilidade e Guarda da Documentação**

A divulgação oficial confirma apresentação musical sertaneja, o que implica contratação artística. Todavia, a resposta administrativa não apresenta contratos, recibos, notas fiscais ou termos de apresentação, limitando-se a afirmar que as contratações teriam sido realizadas por expositores.

Tal alegação configura tentativa irregular de transferência de responsabilidade, inclusive quanto à posse, guarda e disponibilização da documentação probatória, o que não encontra respaldo no regime jurídico-administrativo.

Ainda que terceiros tenham participado da contratação, compete à Secretaria organizadora exigir, custodiar e disponibilizar toda a documentação, inclusive para fins de controle e transparência.

– Requer-se:

1. Os contratos ou termos de apresentação dos artistas;
2. Os comprovantes de pagamento ou termos formais de gratuidade;
3. A identificação nominal e documental de quem contratou cada artista;
4. A indicação expressa de onde a documentação se encontra arquivada;
5. Justificativa legal para eventual alegação de posse por terceiros.

### **RESPOSTA**

7. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não realizou a contratação de artista para a "Feira Hippie Itinerante", realizada no distrito de Sousas, na Praça Beira Rio, nos dias 14 de março de 2024, razão pela qual não possuímos o solicitado.

Apesar de na **resposta em 1ª instância constar Feira Hippie Itinerante realizada no distrito de Sousas**, na **resposta inicial constou corretamente menção a "Festa Halloween na Feira Hippie (Centro de Convivência), realizada nos dias 25 e 26/10/23"**.

**CÓPIA DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇO ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DO EVENTO: BANHEIROS QUÍMICOS, AJUDANTES/MONTADORES, BARRACAS, TENDAS, PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO;**

foram realizadas diretamente pelos expositores. Quanto à contratação de estruturas para a realização do evento, anexamos o Empenho correspondente (doc. nº 17296614), destacando que as demais estruturas utilizadas foram viabilizadas pelos próprios expositores, sem participação da Secretaria de Cultura e Turismo - SECULT.

#### 8. Contratos de Prestadores de Serviço / Estruturas

Foi juntada apenas uma nota de empenho, no valor aproximado de R\$ 13.940,00, destinada a sanitários

Despacho 17792587

SEI PMC.2025.00188160-56 / pg. 4

químicos, o que evidencia que outros serviços essenciais não foram adequadamente esclarecidos.

A resposta afirma que "as demais estruturas" teriam sido viabilizadas pelos expositores, sem qualquer individualização.

– Requer-se:

1. A descrição detalhada de todas as estruturas utilizadas;
2. A identificação nominal e documental (nome e RG) dos responsáveis;
3. Esclarecimento sobre quem fez o fornecimento de energia elétrica e qual foi o custo;
4. Identificação do responsável técnico (ART/RRT).

#### RESPOSTA

8.1. Esta Secretaria forneceu somente 8 sanitários químicos, conforme enviado anteriormente no doc. 17296614 e não temos controle sobre os itens fornecidos pelos expositores.

8.2. Esta SECULT não possui informações sobre supostos e referidos expositores que contrataram espontaneamente as demais estruturas, não tendo controle sobre os itens fornecidos pelos expositores.

8.3. A ligação de energia elétrica é providenciada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e quanto ao custo não possuímos esta informação. Tal solicitação deve ser realizada pelo solicitante através de procedimento próprio, de acordo com o Decreto 21.799, de 25 de Novembro de 2021 que regulamenta a expedição de certidão de inteiro teor na administração municipal.

8.4. Para este evento não houve contratação de estrutura por parte desta SECULT que exigisse emissão de ART.

## CÓPIA DOS MATERIAIS PUBLICITÁRIOS (FÍSICOS E/OU DIGITAIS) UTILIZADOS NA DIVULGAÇÃO DO EVENTO;

#### 9. Materiais Publicitários e Publicidade no Site horacampinas.com.br

Foi juntada matéria de divulgação no site horacampinas.com.br, promovendo o evento, sem qualquer esclarecimento sobre:

- quem solicitou a publicação;
- se houve pagamento;
- qual o valor despendido;
- sob qual rubrica orçamentária.

– Requer-se:

1. Esclarecimento sobre a contratação da publicidade no site horacampinas.com.br;
2. Identificação do responsável pela contratação;
3. Valor pago ou declaração formal de gratuidade;
4. Documentos comprobatórios correspondentes.

#### RESPOSTA

9. Esta Secretaria de Cultura e Turismo informa que não possui contrato de divulgação com nenhum veículo de comunicação particular. Deste modo, não possuímos contratos ou despesas com divulgação, o que não impede que algum veículo de comunicação de eventos faça matéria de divulgação de forma independente, o que também não gera custos ao município.



## AVCB PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS OU ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO PARA EVENTOS TEMPORÁRIOS EMITIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO;

Por fim, informamos que, conforme instruções normativas do Comando do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, instalações temporárias em áreas abertas e sem controle de acesso não devem ser objeto de regularização por meio de PTIOT.

### 10. Corpo de Bombeiros – AVCB / Evento Temporário

A resposta invoca dispensa genérica de regularização por PTIOT, sem apresentação de parecer técnico individualizado, apesar de:

- evento noturno;
- uso de energia elétrica;
- estruturas temporárias;
- grande público.

Despacho 17792587      SEI PMC.2025.00188160-56 / pg. 5

– Requer-se:

1. O AVCB ou Alvará para Evento Temporário;
2. Ou parecer técnico formal de dispensa;
3. Identificação do responsável técnico pela segurança do evento.

RESPOSTA

10. Esta secretaria não possui o solicitado, visto da natureza do evento ser de baixa complexidade e baixo impacto, não possuir barreiras físicas, controle de acesso e pessoas ou público sobre estruturas como arquibancadas e similares.

## DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A EVENTUAIS DIRECIONAMENTOS DE EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS;

### 11. Emendas Parlamentares Impositivas

Não há informação objetiva sobre eventual uso de emendas parlamentares.

– Requer-se:

1. Informação expressa sobre a existência ou não de emendas;
2. Identificação dos parlamentares autores;
3. Valores individualizados;
4. Rubricas orçamentárias;
5. Forma de execução financeira.

RESPOSTA

11. Em atendimento ao solicitado sobre (destinação de emendas), informa-se que não houve utilização de emenda parlamentar por esta SECULT.

Vale aqui elucidar a **diferença entre 'Negativa de acesso' e 'Informação Inexistente'**, com a transcrição de trecho **do Manual da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – Módulo 2** – Negativas de acesso à informação – Brasília 2017 (fls. 11/12), a conferir:



### 3. Informação inexistente

Ainda que o procedimento da LAI tenha sido desenhado essencialmente para dar acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe. Tanto é assim que a lei autoriza a instituição pública a "comunicar que não possui a informação".



Figura 5: Informação inexistente

Fonte: Elaboração Enap

Esses casos não são caracterizados como hipótese de negativa de acesso<sup>3</sup>, pois, para isso, a informação deve existir, mesmo que em outro órgão. Dessa forma, como regra geral, a existência do objeto é condição para conhecimento de um pedido de acesso à informação.

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações publicou a Súmula CMRI nº 6, de 2015, transcrita abaixo:

3. Inciso III do §1º do art. 11 da LAI

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

Enap

#### Súmula CMRI nº 6/2015

*"INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO - A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho."*

A CMRI consagrou, portanto, o entendimento de que "a declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa". Isto é, se o órgão não tem a informação, muito provavelmente essa resposta é satisfatória. Entretanto, a partir da interpretação da súmula, verifica-se que a instância recursal (autoridades da instituição demandada, CGU ou CMRI, no âmbito federal) poderá:

1. manifestar-se sobre o mérito da disponibilização caso se constate a existência da informação ou se a mesma for localizada durante a instrução do recurso;
2. decidir pela reconstituição do registro da informação se pertinente e viável;
3. apurar a responsabilidade por eventuais condutas ilícitas, tais como a destruição ou não localização da informação, bem como quando constatar a sua injustificada negativa;
4. determinar a produção da informação excepcionalmente quando previsto em lei.

Dessa sorte, a resposta ofertada pela SECULT de que não possui determinados documentos tem natureza satisfativa.

**Cópia de inteiro ou parcial teor de processos, inclusive o de contratação de sanitários químicos (PMC.2023.00017936-19 – Pregão 129/2023), em que o(a) RECORRENTE**

**questiona o quantitativo informado pela SECULT destinado especificamente para o evento em questão** (convém observar que a Nota de Empenho não necessariamente abrange um único evento), deve ser solicitada nos termos do **Decreto Municipal nº 21.799/2021**, disponível em <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/137940>. **Documentos da lavra das entidades da Administração Indireta**, como EMDEC e SETEC, devem ser objeto de **e-SIC específicos**. Eventual inconformismo **com a conduta de órgãos municipais ou com o apoio institucional e logístico a eventos não se resolvem por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)**.

Dessa forma, **VOTO PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO**.

**Esse o voto**, que submeto aos demais membros da Comissão Mista de Julgamento de Recursos de Acesso à Informação para votação, observado o art. 17 do Regimento Interno da **CMJRAI** (Resolução nº 01, de 17 de novembro de 2022).<sup>[i]</sup>

**FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE**

Procuradora Municipal - OAB/SP: 134.974

Membro e Relatora da CMJRAI

---

<sup>[i]</sup> (“Art. 17. Dentro do prazo, os membros titulares deverão analisar o voto da Relatoria, votar e, em caso de discordância com o voto do relator, fundamentar seu voto contrário e encaminhar ao presidente da comissão.”)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974**, **Relator(a) da CMJRAI**, em 05/03/2026, às 10:45, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17961673** e o código CRC **54C89A74**.